

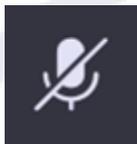
Série de Webinars Países Africanos Lusófonos



Webinar 2

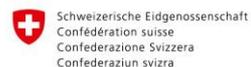
“Opções de Implementação do ABS”

Silencie seu microfone e desligue sua câmera



MS Teams, 17.06.2021

The ABS Initiative is funded by



Swiss Confederation

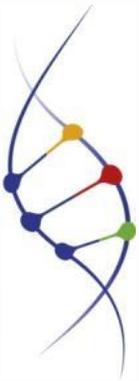
Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO

and implemented by



Webinar 2

“Opções de Implementação do ABS”

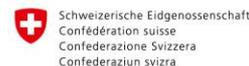


ANÚNCIOS

Henry de Novion, ABS Capacity Development Initiative
Webinar 2 “ABS Implementation Options”

MS Teams, 17.06.2021

The ABS Initiative is funded by



Swiss Confederation

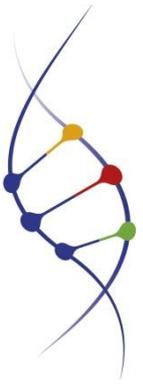
Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO

and implemented by



Informações práticas

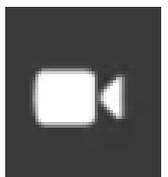
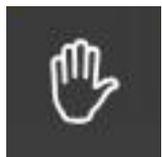
- Um relatório resumirá as discussões anonimamente e será encaminhado a toda(o)s, posteriormente.



Dicas para uma grande experiência



- Por favor, **silencie** seus microfones e **desligue** suas câmeras
- Os comentários por áudio se darão durante a seção de P/R, após as apresentações
- Se você quiser fazer uma pergunta ou um comentário, por favor levante sua mão virtual ou digite sua pergunta no bate-papo
- Se o moderador lhe der a palavra, por favor, **ative** seu microfone, **ligue** sua câmera e faça uma pergunta precisa / faça um comentário

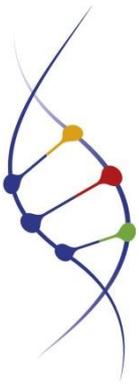


Contexto do webinar

- COVID-19 > adiamento das atividades nacionais e regionais
- Série de Webinars Lusófonos
 1. 25 de Fevereiro, “Fundamentos do ABS”
 - 2. 27 de Maio, “Opções de implementação”**
 3. 26 de Agosto, “Experiências Nacionais”
 4. 25 de Novembro, “Contratos de ABS”.
- 1º trimestre de 2022, oficina presencial se a situação do COVID permitir



Webinar 2 - Opções de Implementação do ABS



Boas Vindas. Leah Wanambwa - União Africana

1. Visão Geral das Opções de Implementação do ABS

- As Directrizes da União Africana
- Guia Opções de Implementação do “ABS”.

2 – Visão Geral dos Instrumentos do ABS

- Consentimento Prévio e Informado – PIC
- Termos Mutuamente Acordados - MAT



Leah Wanambwa

Oficial sênior de Políticas.

Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Meio Ambiente Sustentável



União Africana

African Union 



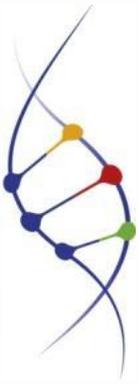
**ARTS, CULTURE
& HERITAGE:**

Levers for Building the
Africa we Want

#AfricanHeritage

www.au.int   

Webinar 2 - “Opções de Implementação do ABS”



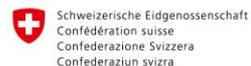
Seção 1 – Visão Geral das Opções

- **Directrizes da União Africana** para a Implementação Coordenada do Protocolo de Nagoia sobre ABS na África
- **Opções de Implementação do “ABS”.**

Henry de Novion, ABS Capacity Development Initiative

MS Teams, 27.06.2021

The ABS Initiative is funded by



Swiss Confederation

Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO

and implemented by





As Directrizes da União Africana



Aborda opções e oferece modelos

**African Union
Practical Guidelines
for the Coordinated Implementation of the
Nagoya Protocol in Africa**

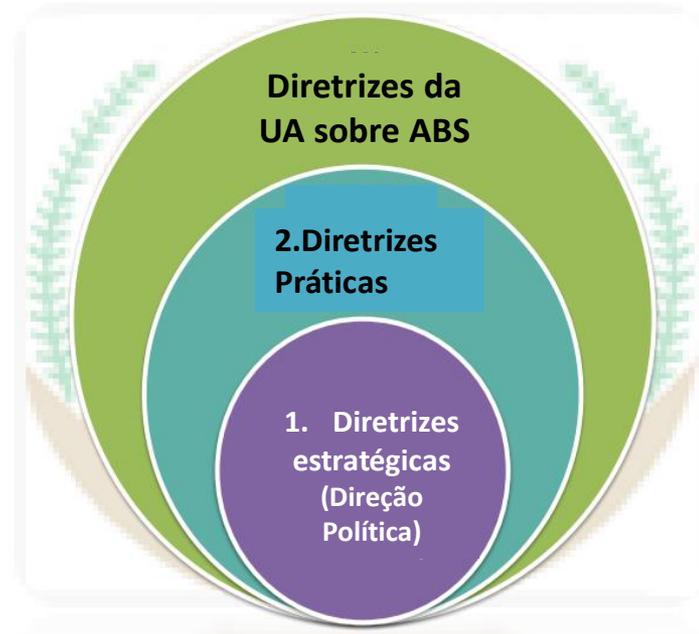
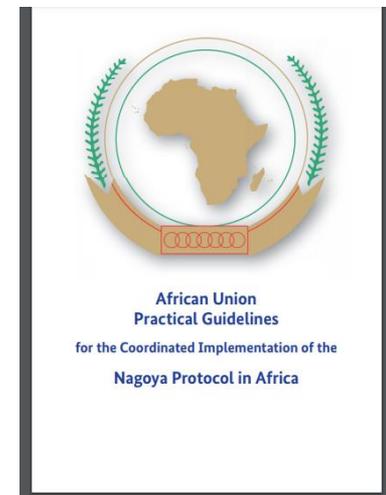
As Directrizes da União Africana

Adotada pela 25ª Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana

(8-15 de junho de 2015, África do Sul)

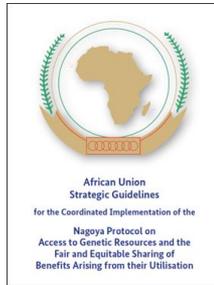
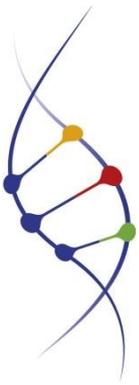
As Directrizes são compostas por dois documentos que orientam o **passo a passo** dos países africanos na implementação do Protocolo de Nagoya.

- 1. Quadro de Política** da União Africana para a Implementação Coordenada do PN;
- 2. Directrizes Práticas** da União Africana para a Implementação Coordenada do PN em África

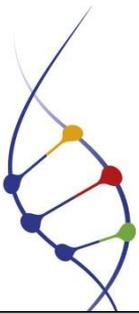


Directrizes Práticas e Anexos

- “Passo a passo” que fornece orientação técnica e ferramentas provisórias nos Anexos
- Foco em Pontos Focais e outras partes interessadas em ABS em níveis nacional e local
- Os anexos incluem:
 - Modelo de formulário de requerimento de licença para utilizar RG/CTA
 - Esboço de um contrato básico de ABS
 - Comentários sobre os elementos-chave de um acordo de ABS
 - Princípios básicos para o envolvimento de interessados em ABS



Anexo 2. Modelo de formulário de pedido de licença para utilizar RG/CTA



Tem como objetivo extrair todas as informações "previamente informadas" necessárias para o PIC:

- Informações básicas do candidato;
- Descrição detalhada do projeto;
- Informações relativas ao RG / CTA;
- Confidencialidade;
- Declarações;

1. NAME OF INSTITUTION OR BODY:

Name: _____

2. IS THE LEGAL PERSON REGISTERED OR ESTABLISHED in [insert country]?

YES NO

3. IF YES, PROVIDE THE [insert country] REGISTRATION NUMBER OR ESTABLISHMENT DETAILS OF THE LEGAL PERSON:

4. IF NOT, IN WHICH COUNTRY IS THE LEGAL PERSON REGISTERED? PROVIDE THE REFERENCE NUMBER:

Country: _____
Type of registration: _____
No: _____

5. CONTACT DETAILS OF THE LEGAL PERSON:

Name: _____
Tel No: _____
Fax No: _____
E-mail: _____
Postal Address: _____ Physical Address: _____

49

General

25. This Agreement, and rights and obligations hereunder, shall not be assigned or transferred, directly or indirectly, in whole or in part, by either Party, without the prior written consent of both Parties, which may be given or withheld at each Party's sole and absolute discretion.

27. Modifications of this Basic AHS Agreement must be approved in writing by the Parties to this Agreement [and notified to the CNA]. [If CNA is not the PROVIDER]

28. This Agreement and the Parties' rights and duties outlined above shall be interpreted under the law of [insert country].

29. This Agreement constitutes the entire agreement and understanding between the Parties concerning the subject matter hereof. It merges with and supersedes all previous agreements and understandings between the Parties.

[INSERT PROVIDER NAME] [INSERT RECIPIENT NAME]
("Provider") ("Recipient")

Authorized Signature
Print Name: _____
Title: _____
Date: _____
As witnesses: _____

Signature
Print Name: _____
Title: _____
Date: _____
As witnesses: _____

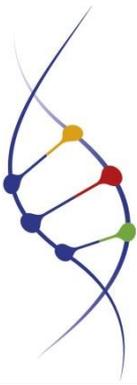
Authorized Signature
Print Name: _____
Title: _____
Date: _____
As witness: _____

Signature
Print Name: _____
Title: _____
Date: _____

64

Fornece modelo de formulário para diferentes tipos de licenças: acesso e uso de RG, de CTA e exportação

Anexo 3: Esboço de um Contrato Básico de ABS



Contrato básico de ABS

- preâmbulo;
- definições e uso de termos;
- termos e condições específicos e gerais.

A orientação fornecida **não** pode substituir o aconselhamento jurídico **especializado**.

- **Não pretende** prescrever um modelo, mas delinear as características essenciais de um contrato de ABS
- Acordo a ser adaptado (**caso a caso**) para atender aos interesses e objetivos específicos das Partes

1. NAME OF INSTITUTION OR BODY:
Name: _____

2. IS THE LEGAL PERSON REGISTERED OR ESTABLISHED IN (insert country)?
 Yes No

3. IF YES, PROVIDE THE (insert country) REGISTRATION NUMBER OR ESTABLISHMENT DETAILS OF THE LEGAL PERSON:

4. IF NOT, IN WHICH COUNTRY IS THE LEGAL PERSON REGISTERED? PROVIDE THE REFERENCE NUMBER:
Country: _____
Type of registration: _____
No: _____

5. CONTACT DETAILS OF THE LEGAL PERSON:
Name: _____
Tel No: _____
Fax No: _____
E-mail: _____
Postal Address: _____ Physical Address: _____

49

General

26. This Agreement, and rights and obligations hereunder, shall not be assigned or transferred, directly or indirectly, in whole or in part, by either Party, without the prior written consent of both Parties, which may be given or withheld at each Party's sole and absolute discretion;

27. Modification of this Basic ABS Agreement must be approved in writing by the Parties to this Agreement (and notified to the CNA), if CNA is not the PROVIDER;

28. This Agreement and the Parties' rights and duties outlined above shall be interpreted under the law of (insert country);

29. This Agreement constitutes the entire agreement and understanding between the Parties concerning the subject matter hereof. It merges with and supercedes all previous agreements and understandings between the Parties.

[INSERT PROVIDER NAME] ("Provider")
Authorized Signature
Print Name: _____
Title: _____
Date: _____
As witnesses: _____

[INSERT RECIPIENT NAME] ("Recipient")
Authorized Signature
Print Name: _____
Title: _____
Date: _____
As witnesses: _____



African Union
Practical Guidelines
for the Coordinated Implementation of the
Nagoya Protocol in Africa

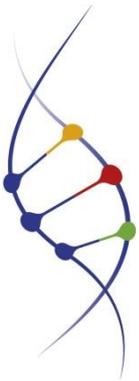
Opções de Implementação do ABS

Opções administrativas e de políticas para a implementação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Partilha de Benefícios (ABS).



Contextualização

- NP deve ser traduzido em estruturas regulatórias nacionais de ABS (orientação pelas Diretrizes da UA)
- Não existe um "tamanho único"
- Abordagem estratégica (objetivos e visão) a serem definidos pelos tomadores de decisão
- Estratégia orienta técnicos e juristas para a redação dos respectivos textos



African Union
Strategic Guidelines

for the Coordinated Implementation of the
Nagoya Protocol on
Access to Genetic Resources and the
Fair and Equitable Sharing of
Benefits Arising from their Utilisation

THE ABS
CAPACITY
DEVELOPMENT
INITIATIVE

L'INITIATIVE DE
RENFORCEMENT
DES CAPACITES
POUR L'APA

Opções de Implementação
do "ABS"

Opções administrativas e de políticas para
a implementação do Protocolo de Nagoya
sobre Acesso e Partilha de Benefícios (ABS)

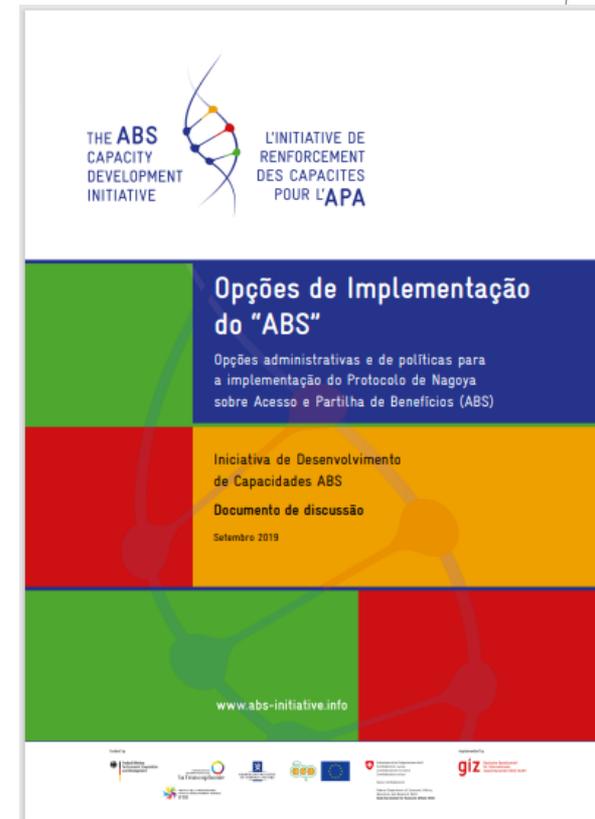
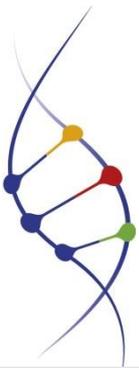
Iniciativa de Desenvolvimento
de Capacidades ABS
Documento de discussão

Setembro 2019

www.abs-initiative.info

Contextualização

- Se houver fundos disponíveis, uma avaliação de impacto abrangente é uma oportunidade;
- Ao redigir textos, muitas questões específicas surgem;
- Vários países abordaram a Iniciativa ABS para obter uma visão geral das opções de implementação



Objetivos

Oferecer orientação para países que ainda não possuem um sistema ABS implementado

- Para direcionar o processo de desenvolvimento do marco regulatório do ABS no caminho certo desde o início

E / ou

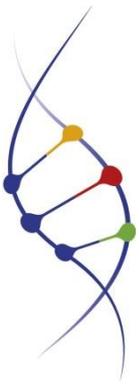
- Avaliar e reorientar processos já iniciados.

Oferecer orientação para países que já têm um sistema ABS implementado:

- Para revisar, adaptar ou refinar o sistema, se necessário

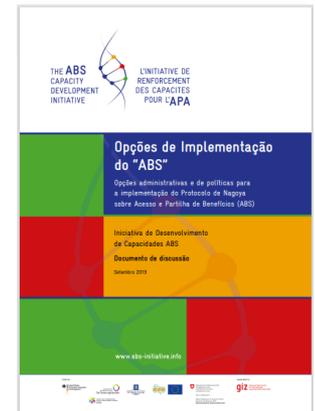


Estrutura do documento

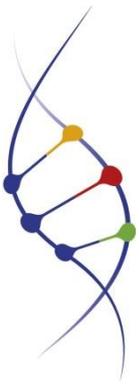


Opções de implementação fundamentais (4)

- Decisões amplas ajudando a estabelecer a estratégia geral de ABS de um país
- **Opções de implementação detalhadas (14)**
- Opções específicas para determinar a forma e o funcionamento do sistema ABS
- **Reflexões**
- Sumário das principais conclusões e algumas lições aprendidas com os processos de ABS em vários países



Tópicos abordados nas opções de implementação fundamentais



- **Abordagem geral**

(abordagem orientada para o mercado vs. abordagem protetiva/protetora)

- **Estrutura regulatória**

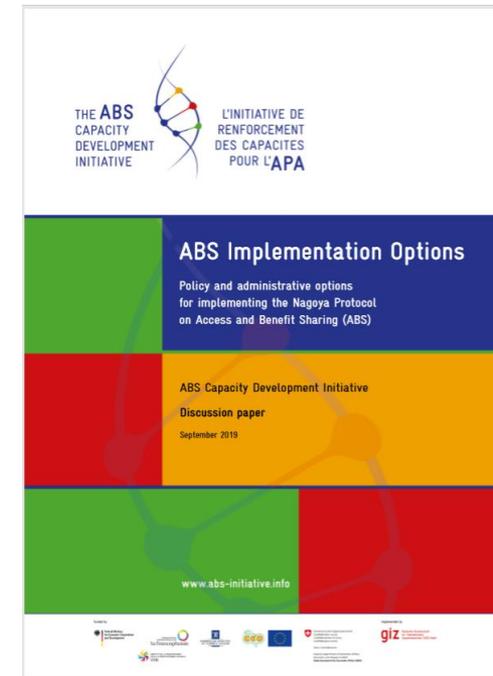
(estrutura regulatória intersetorial x autônoma)

- **Sistemas de licenciamento**

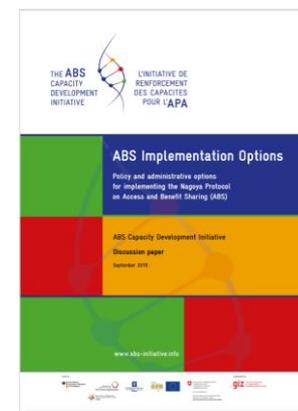
(sistema de licenc. centralizado vs. descentralizado)

- **Requisitos de acesso com relação à procedência do usuário**

(requisitos de acesso variáveis vs. uniformes)



Tópicos abordados nas opções de implementação detalhadas



- **Geral / 4**

(Quadro Legal; Âmbito funcional do regulamento; ITPGRFA; Art. 8b)

- **Acesso / 5**

(Forma de investigação; Responsabilidade das ANC; Papel das autorizações sectoriais; Entidade emissora do PIC; Papel dos PICLs)

- **Repartição de benefícios / 3**

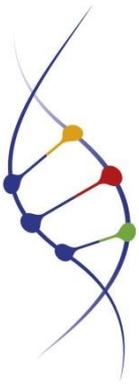
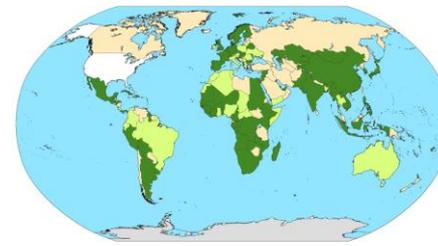
(Entidade que negocia MAT; Formas de BS; Negociação de BS)

- **Monitorização e conformidade / 2**

(Pontos de controlo, dispositivos legais em caso de apropriação indevida de RG)

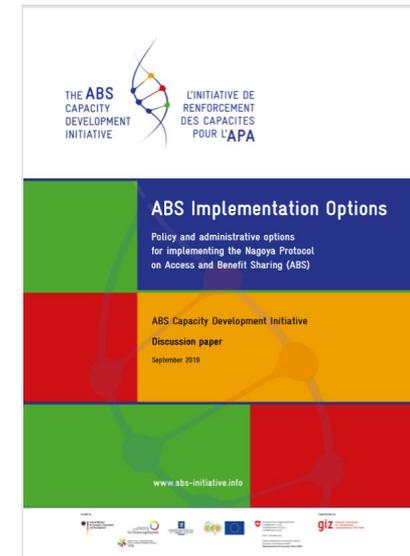


Categorias



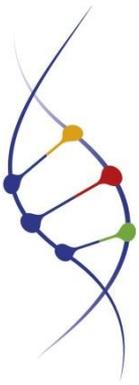
Todas as opções apresentadas nas seguintes categorias

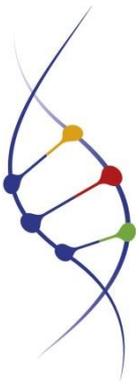
- Características
- Exemplos de países (relatórios Vilm 2017/2018)
- Possíveis vantagens
- Possíveis desvantagens
- Possíveis implicações para medidas legais e administrativas



É importante recordar que...

- As opções apresentadas são uma coleção de reflexões da Iniciativa ABS
- As opções não pretendem ser completas ou precisas para todas as situações
- Existem inúmeras formas de interpretar e combinar as opções apresentadas
- As opções são descritas como extremos de um espectro/intervalo/gradiente
=> formas mistas são possíveis



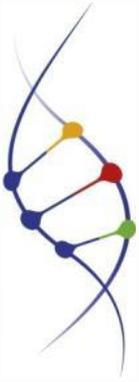


Reflexões

- O Guia pretende **estimular** discussões multilaterais e participativas sobre os vários assuntos
- Chave para definir uma **visão nacional** do sistema ABS.
- Os países precisam fazer uma série de **escolhas** para se adequar às circunstâncias nacionais
- Os diálogos são importantes: a visão e os sistemas do usuário e do provedor devem se **comunicar**

Webinar 2

“Opções de Implementação do ABS”



Visão Geral dos Instrumentos do ABS:

Consentimento Prévio e Informado – PIC;

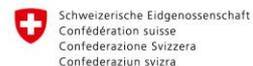
Termos Mutuamente Acordados – MAT.

Morten Walløe Tvedt, ABS Capacity Development Initiative

Webinar 2 “Opções de Implementação”

MS Teams, 27.05.2021

The ABS Initiative is funded by



Swiss Confederation

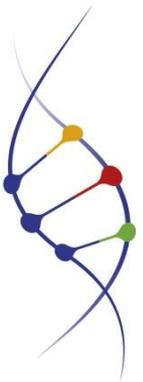
Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO

and implemented by

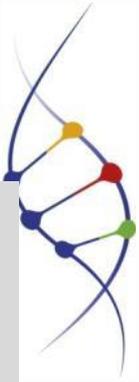


Relação

- Consentimento Prévio e Informado
– PIC
- Termos Mutuamente Acordados -
MAT



Relação PIC e MAT no direito internacional



Direito internacional

- O princípio de soberania
- Direitos soberanos – direito a implementar leis

Nível regional

- Directrizes Estratégicas da União Africana

Leis no país fornecedor

Leis no país usuário

Cabo verde

Movimento de material
biológico e CTA

Noruega

Contrato – direito privado

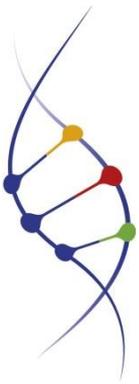
Relação

- Consentimento Prévio e Informado – PIC
- Termos Mutuamente Acordados - MAT

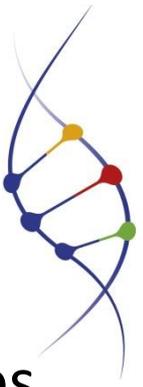
Usar o PIC na negociação de contratos

PIC e o processo nacional

Envolvimento de interesses/interessados nacionais



Acesso para a utilização



8.

No exercício dos seus direitos soberanos sobre os recursos genéticos e em conformidade com as estratégias nacionais de desenvolvimento, os Estados-Membros da União Africana promoverão a utilização sustentável de recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado instituindo regulamentos transparentes e funcionais de acesso em conformidade com os artigos 6.3 e 12.1 do Protocolo de Nagoya.

Relação PIC e MAT no direito internacional



Direito internacional

- O princípio de soberania
- Direitos soberanos – direito a implementar leis

Nível regional

- Directrizes Estratégicas da União Africana

Leis no país fornecedor

Leis no país usuário

Cabo verde

Movimento de material
biológico e CTA

Noruega

Contrato – direito privado



Protecção e Promoção do Conhecimento Tradicional Associado aos Recursos Genéticos, Direitos Comunitários e dos Agricultores e Desenvolvimento Económico

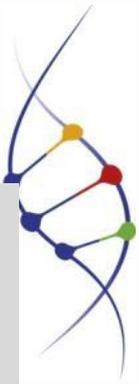
30) Os Estados-Membros da União Africana salvaguardarão e protegerão os direitos colectivos das comunidades indígenas e locais aos seus recursos genéticos e conhecimento tradicional associado e dos agricultores as suas raças pecuárias e culturas tradicionais, incluindo o direito de obterem benefícios de desenvolvimento económico da utilização dos seus recursos genéticos e conhecimento tradicional associado.

31) Os Estados-Membros da União Africana devem, através da legislação nacional, dirigir os benefícios directos decorrentes da utilização dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado para a promoção da conservação e da utilização sustentável da diversidade biológica e a melhoria dos meios de subsistência das comunidades indígenas e locais, em conformidade com os artigos 9º e 12º do Protocolo de Nagoya.

32) Os Estados-Membros da União Africana devem assegurar que a utilização dos recursos genéticos não exceda os limites da colheita sustentável, não esgote os recursos biológicos ou não ameace a sustentabilidade da biodiversidade ao nível genético, das espécies ou dos ecossistemas.



Relação PIC e MAT no direito internacional



Direito internacional

- O princípio de soberania
- Direitos soberanos – direito a implementar leis

Nível regional

- Directrizes Estratégicas da União Africana

Leis no país fornecedor

Leis no país usuário

Cabo verde

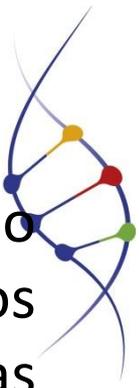
Movimento de material
biológico e CTA

Noruega

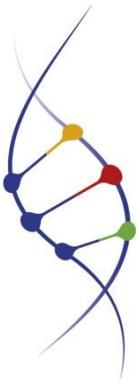
Contrato – direito privado

Acesso para a utilização

11. Os Estados Membros da União Africana regularão o acesso ao conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos através de medidas legislativas, regulatórias, administrativas e/ou de políticas internas destinadas a assegurar que seja obtido o consentimento prévio informado ou a aprovação e participação das comunidades indígenas ou locais para tal acesso, e que tenham sido estabelecidos termos mutuamente acordados. **A ausência** de tais medidas nacionais em qualquer Estado-membro **não implica** que não seja necessário ou tenha sido concedido o consentimento prévio informado ou a aprovação e participação das comunidades em causa; os Estados-membros cooperarão para fazer respeitar os direitos das comunidades indígenas e locais a este respeito.



Vamos ao debate...



Perguntas e Respostas



- Levante a mão virtual ou use a função de bate-papo para compartilhar ideias

....

Alguns exemplos...



**THE ABS
CAPACITY
DEVELOPMENT
INITIATIVE**

**L'INITIATIVE DE
RENFORCEMENT
DES CAPACITES
POUR L'APA**

Opções de Implementação do "ABS"

Opções administrativas e de políticas para
a implementação do Protocolo de Nagoya
sobre Acesso e Partilha de Benefícios (ABS)

**Iniciativa de Desenvolvimento
de Capacidades ABS**

Documento de discussão

Setembro 2019

www.abs-initiative.info

Financed by

Represented by

3.2 Enquadramento Regulatório

Quadro sectorial transversal ABS

Características

- Tem como objectivo integrar as medidas relevantes do ABS nos documentos sectoriais em causa (estratégias, directrizes, legislação, etc.)

Exemplos de Países

- KEN

Possíveis vantagens

- Pode evoluir em pequenas etapas (abordagem evolucionista)
- Os aspectos de ABS são integrados em toda a legislação sectorial relevante
- Não há necessidade de um processo completo e às vezes longo de elaboração de uma lei ABS autónoma

Quadro regulatório autónomo

Características

- Tem como objectivo elaborar um quadro regulatório específico para ABS (lei, decreto, etc.) que em muitos casos deverá fazer referência a documentos sectoriais existentes (estratégias, directrizes, legislação, etc.)

Exemplos de Países

- BEN, NAM, IND, BRA, PLW

Possíveis vantagens

- Pode ser coordenado pelo Ponto Focal / Autoridade Nacional Competente (CAN) ABS ou por um Ministério específico com o devido mandato
- Pode ser dado mandato a um Ministério / Departamento coordenador para criar os necessários comités de diversas partes interessadas incluindo Ministérios de tutela.
- A actividade de pressão "lobbying" e sensibilização pode ser realizada de maneira centralizada
- Os procedimentos podem ser descritos num texto que pode ser disponibilizado ao abrigo do Mecanismo de Compensação ABS (ABS-CH)
- Custos comparativamente mais baixos para a elaboração de um conjunto de procedimentos centralizados

3.2 Enquadramento Regulatório



Quadro sectorial transversal ABS

Possíveis desvantagens

- A elaboração de regulamentos sectoriais para harmonização do conteúdo pode ser difícil e morosa
- O Ponto Focal ABS pode não ter nenhum mandato para pressionar os Ministérios de tutela no sentido de elaborarem regulamentos sectoriais específicos
- Necessária uma sensibilização significativa e pressão contínua junto dos Ministérios de tutela
- A diversidade das abordagens sectoriais pode fazer com que o sistema ABS nacional seja de difícil compreensão para utilizadores externos
- Implicações dos custos para o acesso sectorial e procedimentos de monitorização

Possíveis implicações para as medidas jurídicas e administrativas

- Uma multiplicidade de medidas jurídicas e procedimentos administrativos devem ser elaborados os quais não devem ser contraditórios

Quadro regulatório autónomo

Possíveis desvantagens

- Processo de elaboração de um quadro regulatório autónomo potencialmente caro e longo
- Difícil alinhamento do novo quadro regulatório com as leis e regulamentos sectoriais existentes
- Um único Ministério pode potencialmente bloquear a elaboração de um quadro regulatório inteiro de ABS
- O processo de validação política é de difícil gestão

Possíveis implicações para as medidas jurídicas e administrativas

- Na maioria dos casos é necessária a criação de um comité ABS multi-sectorial
- Na maioria dos casos, com base numa lei adaptada, os regulamentos de implementação devem ser elaborados

4.2.4 Entidades emissoras de PIC

Uma entidade centralizada emite PIC	Múltiplas entidades emitem PIC
<p>Características</p> <ul style="list-style-type: none">• Seja qual for o GR e/ou aTK acedido, será sempre a mesma entidade (muito provavelmente a CNA) que concede o PIC	<p>Características</p> <ul style="list-style-type: none">• Conforme a natureza e direitos de posse dos GR e/ou aTK acedidos, o PIC pode ser concedido por diferentes entidades
<p>Exemplos de países</p> <ul style="list-style-type: none">• CIV, CMR, ETH	<p>Exemplos de países</p> <ul style="list-style-type: none">• PER, GUY, PLW, VUT
<p>Possíveis vantagens</p> <ul style="list-style-type: none">• Fácil compreensão pelo utilizador• Deve ser elaborado um único procedimento• Fácil monitorização	<p>Possíveis vantagens</p> <ul style="list-style-type: none">• Provavelmente melhor conhecimento especializado da parte do fornecedor, quando o consentimento é obtido junto do detentor do próprio GR / aTK ou junto da entidade local / sectorial
<p>Possíveis desvantagens</p> <ul style="list-style-type: none">• O consentimento individual do detentor do GR e/ou do aTK não é obtido através do próprio PIC	<p>Possíveis desvantagens</p> <ul style="list-style-type: none">• Devem ser elaborados vários procedimentos• Mais difícil de monitorizar
<p>Possíveis implicações para as medidas legais e administrativas</p> <ul style="list-style-type: none">• Deve ser concebida uma forma alternativa de obter o PIC junto do detentor do GR / aTK	<p>Possíveis implicações para as medidas legais e administrativas</p> <ul style="list-style-type: none">• Deve ser concebido um método que garanta que os PICs concedidos individualmente sejam legalmente reconhecidos



4.3.2 Formas de partilha de benefícios (BS)

BS bilateral

Características

- Toda a BS é efectuada com o fornecedor individual do GR / aTK (prática geral)

Exemplo de países

- CMR, MAD

BS através de um fundo nacional/provincial

Características

- Toda a BS é efectuada através de um fundo nacional/provincial (e.g. um fundo do meio ambiente para a conservação da biodiversidade)

Exemplo de países

- ETH, FRA

Conjugação de bilateral e fundo

Características

- A BS é canalizada através de fornecedores individuais, de modo bilateral e ao mesmo tempo através de um fundo

Exemplo de países

- BRA (para o aTK de origem não identificável)
- WSM (Ante-Projecto de lei de ABS de Samoa)
- PLW



Possíveis vantagens

- Os fornecedores podem beneficiar directamente da BS
- O impacto no terreno pode ser monitorizado mais facilmente

Possíveis vantagens

- A Partilha de Benefícios para a Conservação (BS4C), conforme disposto no NP, pode ser melhor orientada
- Fácil monitorização do fluxo monetário
- Possivelmente um único método de pagamento carece ser estabelecido

Possíveis vantagens

- Conjuga as vantagens de ambas as opções

Possíveis desvantagens

- Dificuldade em garantir a BS4C
- Os padrões de partilha de benefícios podem variar grandemente de caso para caso
- Difícil monitorização dos fluxos monetários

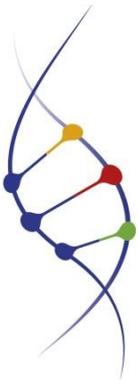
Possíveis desvantagens

- Dificilmente os fornecedores se beneficiam directamente do acesso ao “seu” GR
- Difícil monitorização do impacto no terreno

Possíveis desvantagens

- É necessário clarificar o critério aplicável a cada canal de BS para evitar confusão

Encaminhamentos



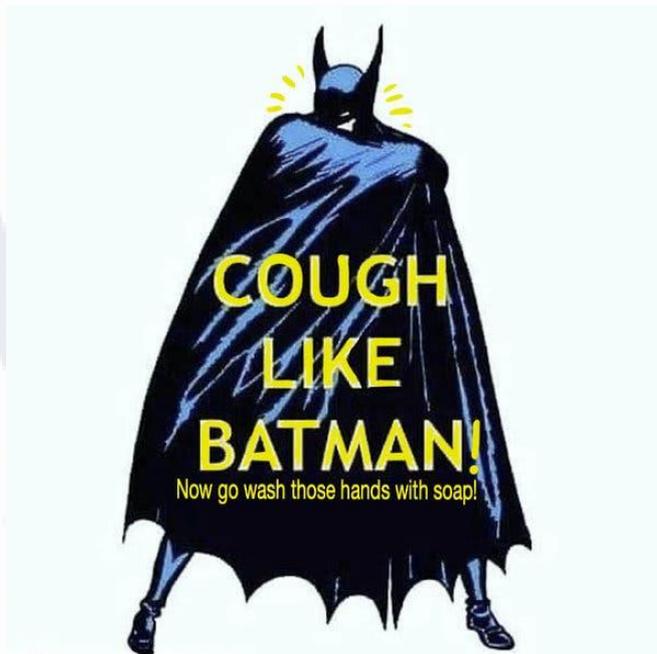
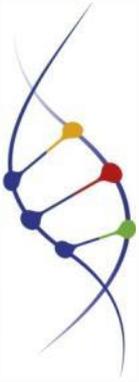
- Um relatório escrito será elaborado e distribuído
- Próximo webinar:

26 de Agosto “Experiências Nacionais”

- Enquanto isso: não hesite em entrar em contato com perguntas adicionais

Obrigado pela sua atenção!

Até o próximo webinar e, enquanto isso, por favor: Tussa como o Batman!

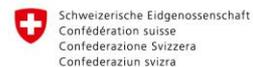


www.abs-initiative.info

novionh@gmail.com

nadine.girard@giz.de

The ABS Initiative is funded by



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Confederation

Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO

and implemented by



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH